



O Programa Brasil-África de Cooperação em Desenvolvimento Social visa promover a assistência técnica do Ministério do Desenvolvimento Social Brasileiro a países africanos no desenvolvimento de programas e políticas sociais. É uma iniciativa financiada pelo Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e conta com o apoio do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.

Políticas Sociais em Tempos de Crise

Patrus Ananias

Aos que me perguntam sobre quanto tempo ainda serão necessárias as políticas sociais, respondo que elas vieram para ficar.

Mesmo em sociedades mais avançadas, haverá sempre uma parcela da população mais fragilizada. São pessoas, famílias e até comunidades inteiras que, por circunstâncias, perderam condições de sobrevivência e precisam da ajuda do Estado.

No Brasil, só muito recentemente começamos a estruturar nossa rede de proteção e promoção social e temos ainda um longo caminho pela frente. A ausência de uma política voltada para amparar os mais pobres e combater desigualdades ao longo de nossa história nos legou uma grande dívida social e estamos empenhando esforços para resgatá-la. Foi para isso que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi criado em fevereiro de 2004, com uma estrutura voltada exclusivamente para atender os mais pobres do país. Os resultados positivos são visíveis e confirmados em estudos e pesquisas.

Para que possa responder ao resgate dessa dívida, o ministério tem de ter caráter permanente. Nossos programas podem mudar, as ações podem se aperfeiçoar, adequar-se às demandas regionais ou a novas demandas. Mas as políticas sociais, que agora assumem status de política pública, têm de ter continuidade. Na assistência social, precisa manter coerência com a determinação constitucional que a coloca junto com a saúde e a previdência social como tripé constitutivo da seguridade social. Na área da segurança alimentar e nutricional, deve estar em sintonia com o princípio que define o direito à alimentação como pressuposto do direito à vida e, por isso, um direito elementar que deve ser garantido pelo Estado.

Mas, para assegurar a construção de um ministério duradouro, na perspectiva de

consolidar uma rede institucionalizada de proteção e promoção social, carecemos ainda de ajustar e adequar a sua estrutura. Com atuação em todos os 5.563 municípios e Distrito Federal, atendendo aproximadamente 68 milhões de pessoas (cerca de 37% da população brasileira), o MDS precisa de recursos que aprimorem mecanismos de gestão social para garantir eficiência e eficácia de nossas políticas. Precisamos ter nosso público alvo bem definido, os efeitos das políticas monitorados por eficientes canais de avaliação e controle que, por sua vez, gerem indicadores confiáveis que retratem fielmente nossa realidade.

Essa é a importância de dois projetos que se encontram em tramitação no Congresso: o Projeto de Lei 3428/08 que prevê a reestruturação administrativa do MDS com criação de 164 cargos em comissão na estrutura do ministério; e o Projeto de Lei da Câmara, que prevê a criação da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, dentre outras reformulações de carreira no serviço público.

Em conjunto, esses projetos têm o objetivo de criar as condições adequadas para garantir o bom direcionamento dos recursos públicos na área social, aprimorando mecanismos de fiscalização, controle, monitoramento e avaliação. E se definimos que é importante trabalhar com os pobres com vistas à promoção social de nossa gente, temos de ter pessoas qualificadas para esse trabalho, até mesmo para que estejam preparadas para qualificarem os beneficiários de nossas políticas.

Investir na gestão dessas políticas é uma questão de coerência e, certamente, trará mais eficácia nos investimentos da área. E é justamente investimento no desenvolvimento social do nosso povo. O resultado, sabemos, retorna para a sociedade como um todo, em forma de justiça social, conduzindo a um desenvolvimento mais sustentável e seguro.

Se as políticas sociais são indispensáveis em períodos normais, quanto mais em períodos como o que estamos vivenciando agora, com uma crise internacional gerada no cerne do sistema capitalista e que ameaça economias de outros países em desenvolvimento, como o Brasil. As políticas sociais funcionam como proteção para amenizar os efeitos da crise, protegendo os mais desvalidos ao estimular o poder de compra dos mais pobres, aquecendo a economia interna.





Programas de Cooperação em Andamento

Além da África, dois importantes programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) deverão ser implantados no Haiti – as cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Uma missão técnica coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – MRE foi enviada ao país no início de fevereiro, e se destina a apoiar o governo do Haiti na elaboração de uma política pública de atendimento a famílias pobres rurais no que se refere ao acesso à água potável e aos alimentos. O Haiti é um país em que a maioria ainda depende da agricultura de subsistência.

Já na América Latina, o Peru montará um grupo de trabalho para integrar os programas sociais, a exemplo do que acontece com a rede de proteção social brasileira. Este foi o resultado da visita oficial de dois dias do ministro do MDS, Patrus Ananias, ao Peru. No início do ano, o ministro se encontrou com o presidente Alan Garcia, teve reunião de trabalho com autoridades peruanas e visitou programas na região metropolitana de Lima e no interior do país.



Ministro Patrus Ananias em San Juan de Miraflores.

Ministro Patrus Ananias visita programas sociais peruanos em San Juan de Miraflores - Região Metropolitana de Lima/Roberta Caldo/MDS.

Troca de Experiências com Países Parceiros

No dia 06 de março, o Brasil recebeu delegação nigeriana e apresentou os programas de transferência de renda e segurança alimentar. Os nigerianos ficaram interessados em conhecer mais detalhes sobre os programas Bolsa Família e de Restaurantes Populares.

A missão visitou vários ministérios. Além da Casa Civil, fizeram parte da delegação nigeriana representantes do Ministério da Educação e Planejamento. Crispim Moreira, Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional encerrou a visita se colocando à

disposição para a troca de experiências. “Já temos acordos de cooperação com diversos países, tanto da América Latina, quanto Ásia e África. Estamos abertos também para fazê-lo com a Nigéria.”

O Egito também está interessado em conhecer mais detalhes a respeito dos programas sociais desenvolvidos no Brasil e incentivar a troca de conhecimentos. Para tanto, o governo egípcio promoveu no dia 10 de março, na capital Cairo, evento de cooperação técnica, no qual foram discutidos, entre outros temas, os mecanismos de

financiamento dos programas, sistemas de informação e respectivas bases de dados, além do acompanhamento e avaliação dos mesmos. O evento foi promovido pelo Ministério da Solidariedade Social do Egito, responsável por elaborar o novo programa de transferência de renda no país.





Nova Parceria entre o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho

No dia 24 de março, o Governo Brasileiro e a Organização Internacional do Trabalho – OIT firmaram uma nova parceria complementar sobre Cooperação Sul-Sul. Este novo acordo representa uma estratégia horizontal de cooperação para fortalecer a promoção do Trabalho Decente e Justiça Social.

A parceria traz um arranjo triangular – OIT, Governo Brasileiro e Países em desenvolvimento parceiros – para atingir resultados de Trabalho Decente em países da América Latina e África, além de reforçar o comprometimento brasileiro na Cooperação Sul-Sul.

Governo Brasileiro Realiza Levantamento Inédito sobre Crianças e Adolescentes em Abrigos

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), realizará o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. A primeira etapa é a identificação da rede de abrigos e programas de famílias acolhedoras em todo o País. Nessa fase, serão disponibilizados formulário eletrônico para gestores estaduais e municipais informarem os serviços destinados ao acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de abandono ou que, por medida de proteção, tenham sido afastados da família de origem e acolhidos nesses serviços.

Após a identificação dos serviços de acolhimento, a Fiocruz realizará visitas aos abrigos e programas de famílias acolhedoras (responsáveis por acolher filhos de outras famílias), além de aplicar questionário para coleta de informações relativas a crianças e instituições. As equipes de campo receberão treinamento específico, com o apoio e participação do Ministério do Desenvolvimento Social, e serão compostas por supervisores formados em serviço social ou psicologia, assim como estudantes de áreas afins.

Inclusão da Alimentação nos Direitos Sociais

Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a defesa da aprovação da Proposta da Emenda Constitucional (PEC) que modifica o artigo 6º da Constituição e inclui a alimentação nos direitos sociais é umas das prioridades da agenda. “Precisamos colocar a alimentação no campo dos direitos fundamentais. Deve ser um direito permanente e não algo que dependa apenas da boa

vontade das pessoas. É necessária uma norma jurídica”, salientou o ministro Patrus Ananias.

Atualmente, há duas PECs em tramitação no Congresso Nacional com o objetivo de incluir a alimentação nos direitos sociais da Constituição. O ministro voltou a afirmar que os pobres não podem pagar a conta da crise financeira global e a defender os

cumprimentos das metas do milênio definidas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU).





Brasil Participa de Seminário sobre Transferências Condicionadas de Renda no Marrocos

A qualificação profissional dos beneficiários do Programa Bolsa Família, que está sendo iniciada pelo Governo Federal foi um dos temas apresentados durante a oficina Redes de Segurança Social e Transferências Condicionadas de Renda, realizada pelo Banco Mundial na cidade de Rabat, no Marrocos, em fevereiro. Além do Plano Setorial de Qualificação para beneficiários do Programa Bolsa Família (Planseq Bolsa Família) foram destacados a integração entre os programas que formam a rede de proteção social brasileira e a gestão compartilhada entre governos municipais, estaduais e federal.

A representante brasileira, Claudia Baddini, coordenadora da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mostrou a iniciativa para promover a inserção dos beneficiários do programa no mercado de trabalho. Ao lado do Brasil, participaram também representantes dos programas de transferência condicionada de renda do México e da Colômbia. O objetivo da oficina foi estimular a discussão regional sobre transferência de renda e contribuir para o debate sobre as alternativas desenvolvidas pelos três países da América Latina.

Por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, o MDS desenvolve o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o ProJovem Adolescente. Além disso, o Ministério repassa recursos para



Inauguração do Restaurante Popular de Irajá - Rio de Janeiro 13/03/09. Bruno Spada/MDS.

a manutenção e implementação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Entre os serviços oferecidos dentro dos CREAS estão os de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes; de orientação e apoio especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência e de acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e

de prestação de serviços à comunidade. O Ministério é responsável também pela gestão do Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC).

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é responsável por programas como Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Restaurantes Populares e a construção de cisternas, destinadas à população rural de baixa renda que sofre com os efeitos da seca prolongada.

Trabalho do CPI-IG na área de Aprendizado Sul-Sul

O CPI-IG criou uma nova área de Aprendizado Sul-Sul. A proposta é desenvolver novas ferramentas para o desenho, monitoramento e avaliação de programas de cooperação Sul-Sul e facilitar a troca de políticas de sucesso na área social. A nova área também mapeia a capacidade dos países em oferecer

cooperação com vistas ao fortalecimento institucional e destaca iniciativas de sucesso que são pouco conhecidas em países de baixa renda. A idéia é facilitar as trocas nas diferentes agendas de trabalho do Centro, com foco particular em Proteção Social e Programas de Transferência de Renda.





Recursos para a Cooperação Sul-Sul

Eventos:

Seminário Técnico sobre a Extensão da Seguridade Social

International Social Security Association (ISSA),
12–13 Maio 2009
Lusaka, Zâmbia
Organizado pelo Escritório do ISSA para o Sul do África

Mais: <<http://www.issa.int/aiss/News-Events/Events/Technical-Seminar-on-Extension-of-Social-Security>>

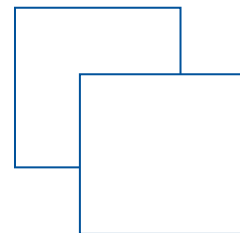
Publicações:

Griffith-Jones, S. and J. A. Ocampo (2009). 'The Financial Crisis and Its Impact on Developing Countries,' UNDP Working Paper. Disponível em:
http://content.undp.org/go/cms-service/download/asset/?asset_id=1722333

Documentos da Reunião Plurianual de Especialistas sobre Cooperação Internacional: Cooperação Sul-Sul e Integração Regional organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Genebra, 4–5 Fevereiro 2009:
<http://www.unctad.org/Templates/meeting.asp?intltemID=2068&lang=1&m=15860>

UNCTAD (2009). Report of the Multi-Year Expert Meeting on International Cooperation: South-South Cooperation and Regional Integration on its First Session. Geneva, UNCTAD. Disponível em:
http://www.unctad.org/en/docs/ciimem2d3_en.pdf

Posição Brasileira na Reunião:
<http://www.unctad.org/sections/wcmu/docs/Brazil.pdf>



Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome



Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI)

Grupo de Pobreza, Escritório de Políticas para o
Desenvolvimento do PNUD
Esplanada dos Ministérios, Bloco O, 7º andar
70052-900 Brasília, DF - Brazil

africa-brazil@ipc-undp.org
www.ipc-undp.org/africa-brazil